



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002599-04.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA DE LOURDES MARINO DE OLIVEIRA**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que na condição de funcionária do SAAE local recebia seus vencimentos pelo Banco Itaú, até que em fevereiro/2016 houve a transferência a propósito para o réu.

Alegou ainda que em março/2016 o réu reteve 30% de seus vencimentos para quitação de linha de crédito que contraíra sem sua autorização.

Almeja a que ele se abstenha de fazê-lo novamente.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque, de um lado, a autora não postulou a concessão dos benefícios da assistência judiciária e, de outro, o processo claramente representa alternativa útil/necessária para a finalidade desejada pela mesma (a substancial peça de resistência ofertada confirma essa certeza), o que cristaliza o interesse de agir.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, a ré não negou os fatos articulados pela autora, mas, ao contrário, os confirmou sob a justificativa de que a amortização da dívida implementada por meio da retenção de parte dos vencimentos da autora contou com sua anuência.

Assim posta a questão debatida, foi o réu instado a comprovar específica e concretamente que a autora o autorizou a proceder à retenção impugnada na exordial, com a advertência de que se não o fizesse se reputaria a ausência de lastro a tal procedimento (fl. 56).

Em resposta, o réu apresentou o documento de fl. 60, o qual, todavia, não se presta ao atendimento da determinação realizada.

Ele na verdade constitui "tela" unilateralmente produzida pelo réu e do mesmo não se extrai qualquer manifestação de vontade da autora permitindo-lhe que levasse a cabo a retenção questionada.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, porquanto patenteada a inexistência de suporte à conduta perpetrada pelo réu.

A jurisprudência, aliás, é assente em fulminar ação dessa natureza mesmo que haja cláusula contratual a respaldar a retenção:

*“O legislador, ao elevar à categoria de impenhoráveis os vencimentos e os salários, pretendeu resguardar tais verbas, que possuem caráter alimentar. Se não é possível penhora de saldo em conta corrente, desde que proveniente de salário, o mesmo critério, mutatis mutandis, se aplica ao banco, quando este, valendo-se de cláusula prevista em contrato de abertura de conta corrente desconta valores alusivos a saldo devedor, não obstante o pedido de transferência do depósito do salário para outra entidade de crédito. Salário, mesmo quando depositado em conta corrente, não deixa de apresentar o caráter de verba alimentar, ainda que passe a integrar o saldo nela existente. Vedada, pois, qualquer compensação dos vencimentos do agravado com o débito relativo a saldo. De mais a mais, o art. 7º, X, da CF assegura a 'proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa', o que demonstra a amplitude da proteção que o legislador constitucional conferiu àquela verba”. (TJ-SP - Agravo de Instrumento nº 203408-45.2014, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ÁLVARO TORRES JÚNIOR**, DJ 18.8.2014).*

“Tutela antecipada - Indenizatória - Contrato bancário - Liminar - Cabimento - Cessação de descontos do saldo devedor oriundo de contrato de cheque especial dos vencimentos creditados em conta corrente - Prática que se mostra abusiva - Existência de previsão contratual que, ademais, seria irrelevante para a concessão do provimento judicial - Descontos que devem ser cessados a partir da manifestação de desacordo do correntista -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Vencimentos que têm natureza alimentar e são impenhoráveis - Hipótese de inadimplemento do contrato que autoriza o banco a utilizar-se da via judicial - Recurso provido". (TJ-SP - Agravo de Instrumento nº 91070895571, 23ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. PAULO ROBERTO DE SANTANA, j. 20.2.2008).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. RETENÇÃO DO SALÁRIO DO CORRENTISTA. ILEGALIDADE. 1. A retenção de salário do correntista para fins de saldar débito relativo ao contrato de cheque especial, ainda que conste cláusula autorizativa, não se reveste de legalidade, porquanto a instituição financeira pode buscar a satisfação de seu crédito pelas vias judiciais. 2. 'Não é lícito ao banco valer-se do salário do correntista, que lhe é confiado em depósito, pelo empregador, para cobrir saldo devedor de conta-corrente. Cabe-lhe obter o pagamento da dívida em ação judicial. Se nem mesmo ao judiciário é lícito penhorar salários, não será a instituição privada autorizada a fazê-lo.' Agravo improvido" (AgRg no Ag 1.225.451/RJ, rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 8/6/2010).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu ao cumprimento de obrigação de não fazer consistente em abster-se de reter valores da conta-salário da autora para a quitação de eventual débito a seu cargo, sob pena de multa correspondente ao dobro do valor indevidamente retido.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**